

REFLEXÕES SOBRE OS FATORES QUE INFLUENCIAM A QUALIDADE DO ENSINO PÚBLICO BRASILEIRO

*Reflections on the factors that influence the quality of
Brazilian public education*

*Reflexiones sobre los factores que influyen en la calidad de la
educación pública brasileña*

Franceila Karla Menezes Gonçalves Gomes 

Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima 

RESUMO

A qualidade da educação enfrenta desafios encontrados tanto dentro como fora da escola, os quais interferem de maneira significativa na aprendizagem. Por isso, a pesquisa propõe uma reflexão sobre os fatores que influenciam a qualidade da educação pública no Brasil, com base em uma revisão bibliográfica de documentos oficiais e estudos acadêmicos. Os dados analisados indicam que, embora tenham ocorrido avanços, a qualidade é frequentemente associada aos resultados de avaliações em larga escala, relegando a segundo plano outros aspectos intra e extraescolares igualmente relevantes para a aprendizagem. Conclui-se, portanto, que a ideia a noção de qualidade deve ir além de metas numéricas, devendo ser fundada na promoção de um ensino significativo, contextualizado às realidades locais e às necessidades dos alunos.

Palavras-chave: Qualidade; Educação Pública; Brasil; Aspectos intra e extraescolares.

ABSTRACT

The quality of education faces challenges both inside and outside of school, which significantly impact learning. Therefore, this research proposes a reflection on the factors that influence the

quality of public education in Brazil, based on a bibliographic review of official documents and academic studies. The data analyzed indicate that, although progress has been made, quality is often associated with the results of large-scale assessments, relegating other equally relevant intra- and extra-school aspects to the background. Therefore, it is concluded that the concept of quality must go beyond numerical targets and should be based on the promotion of meaningful teaching, contextualized to local realities and the needs of students.

Keywords: *Quality; Public Education; Brazil; Intra- and extra-school aspects.*

RESUMEN

La calidad de la educación enfrenta desafíos tanto dentro como fuera de la escuela, que impactan significativamente el aprendizaje. Por lo tanto, esta investigación propone una reflexión sobre los factores que influyen en la calidad de la educación pública en Brasil, basada en una revisión bibliográfica de documentos oficiales y estudios académicos. Los datos analizados indican que, si bien se han logrado avances, la calidad suele asociarse con los resultados de evaluaciones a gran escala, relegando a un segundo plano otros aspectos intra y extraescolares igualmente relevantes. Por lo tanto, se concluye que el concepto de calidad debe ir más allá de las metas numéricas y basarse en la promoción de una enseñanza significativa, contextualizada a las realidades locales y a las necesidades del alumnado.

Palabras clave: *Calidad; Educación Pública; Brasil; Aspectos intra y extraescolares.*

Introdução

A educação no Brasil é um tema amplamente discutido tanto na esfera acadêmica quanto nos diversos setores da sociedade. Esse movimento fez com que, ao longo das últimas décadas, a educação passasse a ser considerada um dos principais fatores para o desenvolvimento socioeconômico de um país, além de ser um direito fundamental dos cidadãos brasileiros garantido pela Constituição de 1988.

Entretanto, sua qualidade tem sido amplamente questionada em diversos estudos acadêmicos, principalmente devido às desigualdades que ainda persistem no acesso e nas condições de aprendizagem entre as diferentes regiões do Brasil. Essas disparidades tornam as questões relacionadas à qualidade educacional complexas e multifacetadas. Para compreendê-las de

maneira plena, é necessário que se debruce não apenas sobre os resultados dos processos educativos (frequentemente medidos por avaliações em larga escala), mas também os fatores contextuais que os influenciam. A exemplo das políticas educacionais, a infraestrutura das escolas, a oportunidade de formação, as condições de trabalho dos professores, entre outros.

A questão central que se impõe é: de que maneira a qualidade da educação pública no país passou a ser orientada por diretrizes internacionais e como isso, em muitos casos, resulta na omissão de variáveis fundamentais (especialmente a desigualdade social e regional) que impactam o processo de ensino-aprendizagem. Esse questionamento surge da necessidade de compreender abordagens sobre a qualidade educacional que identifiquem os principais fatores que interferem na eficácia do ensino nas escolas públicas.

A justificativa para esta pesquisa reside na urgência de aprofundar o debate sobre o tema, visto que essa é uma questão que possui relevância nacional e até mesmo internacional. Apesar dos avanços alcançados até o momento no contexto brasileiro, como a ampliação do acesso à educação, ainda persistem inúmeros desafios que impedem a garantia de uma educação de qualidade para todos.

Por isso, o objetivo deste estudo é refletir sobre os fatores que influenciam a qualidade da educação pública no Brasil, a partir de uma revisão bibliográfica e pesquisa documental sobre o tema.

Referencial Teórico

O termo “qualidade”, de acordo com a língua vernácula, refere-se à essência de um ser ou de algo, podendo assumir tanto conotação positiva quanto negativa (Leite, 2017). Já a qualidade educacional é amplamente discutida e complexa, estando sujeita a diversas interpretações (Blengini, 2015).

Dentre os primeiros discursos e abordagens sobre a qualidade da educação, destaca-se a contribuição de Beisiegel (2006), ressaltando que, por um longo período, essa concepção esteve associada à ampliação das oportunidades educacionais para as classes populares. Esse processo tornou-

se evidente a partir da década de 1940, quando houve um crescimento significativo no número de estudantes matriculados nas escolas.

Já entre as décadas de 1980 e 1990, observou-se uma expansão ainda mais acentuada do acesso ao ensino. Pode-se dizer que, a partir da segunda metade da década de 1980, a qualidade da educação tornou-se um tema central no debate acadêmico, com foco especial nas dificuldades geradas pela reprovação e evasão escolar. Beisiegel (2006, p. 13) destaca que as críticas ao ensino público se intensificaram, o que levou à adoção de estratégias voltadas à garantia da permanência dos estudantes ao longo de toda a sua trajetória escolar. Nesse sentido, passou-se a questionar a chamada “pedagogia da repetência” e se dedicar ao encontro de alternativas que assegurassem a continuidade dos estudos e o sucesso da aprendizagem.

Nesse período, a qualidade da educação estava vinculada à capacidade de manter os estudantes na escola, reduzindo os índices de repetência, desistência e abandono escolar. Essa perspectiva sugeria que a aprovação dos alunos e a permanência das classes populares no sistema educacional seriam critérios suficientes para assegurar a qualidade do ensino. Tal concepção estava relacionada à ideia de que “a reprovação e a posterior exclusão dos atrasados garantiam a aparência de preservação de, pelo menos, um padrão mínimo aceitável de desempenho para a escola” (Beisiegel, 2006, p. 13).

Para uma compreensão mais aprofundada do que seja a qualidade educacional, é possível recorrer às definições apresentadas nos estudos de Fernandes e Gremaud (2009), Pinto (2010). Esses autores exploram distintas concepções de qualidade no âmbito do ensino, categorizando-as em perspectivas que serão apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Concepções de qualidade educacional

Concepção de Qualidade	Descrição	Análise
Saudosista-Autoritária	Remonta ao passado e ao ensino vinculado à pedagogia tradicional, com centralidade nos conteúdos e na disciplina. O professor é visto como o único detentor do conhecimento.	Reflete uma visão autoritária, onde o aluno apenas assimila conteúdos. Este modelo não valoriza a autonomia do estudante e tende a reforçar a memorização e repetição, sem promover a reflexão crítica.
Reprodutivista	A educação serve como um mecanismo de reprodução do	Permite a consolidação da violência simbólica, mantendo as hierarquias

	poder das classes dominantes. Essa ideia sustenta a não existência de propostas de melhoria, apenas a reprodução das desigualdades sociais	sociais e excluindo as classes populares da verdadeira ascensão social.
Neoliberal	A educação é vista como um produto que visa o atendimento da necessidade do mercado. Uma perspectiva que associa a qualidade à competitividade e eficiência.	A educação deixa de ser tratada como um direito social e transformada em possibilidade de consumo individual, acessível apenas para quem pode pagar. Sendo uma via de exclusão.
Subjetivo-Interpretativa	A qualidade está centrada no aluno, que é o sujeito do próprio aprendizado. Aqui, a educação deve promover a autonomia e a aprendizagem, tendo o educador como mediador.	Valoriza a autonomia e a interação educador-aluno. Apesar de positiva, essa abordagem pode desconsiderar as desigualdades sociais e se concentra na individualização da aprendizagem.
Crítico-Dialética	A educação é vista como um meio de transformação social, com foco no desenvolvimento crítico do aluno e em sua participação ativa nas questões políticas e sociais.	Promove a formação de um sujeito crítico, capaz de compreender e transformar a própria realidade. Destacando-se a participação ativa do sujeito na sociedade, levando a uma visão mais inclusiva e transformadora da educação.

Fonte: Gonçalves (2024).

É possível dizer que o discurso sobre a qualidade da educação costuma estar atrelado a uma interpretação do termo que envolve a atribuição de juízos de valor aos resultados obtidos no processo educativo. Nesse sentido, a qualidade educacional é um conceito multifacetado, cujos significados variam entre diferentes atores, uma vez que está associada às concepções sobre o tipo de educação desejada para a formação de indivíduos e sociedades.

De acordo com a Unesco (2007, p. 21), as exigências em relação à qualidade do ensino são influenciadas por fatores ideológicos e políticos, pelos sentidos atribuídos à educação em determinado contexto sócio-histórico, pelas diversas concepções de desenvolvimento humano e de aprendizagem, bem como pelos valores predominantes em uma cultura específica. Esses elementos são dinâmicos e estão em constante transformação, isso faz com que a definição de uma educação de qualidade também varie ao longo do tempo, entre diferentes sociedades, grupos e indivíduos.

Esse conceito abrange diversos fatores que, em conjunto, determinam a qualidade da educação. No entanto, essa qualidade não deve ser avaliada

exclusivamente por indicadores quantitativos, como os resultados de avaliações em larga escala ou índices de aprovação, pois isso leva à priorização da quantificação do ensino que desconsidera a complexidade do contexto sociofamiliar dos estudantes, comprometendo a compreensão mais ampla e aprofundada do processo educativo (Mello, 2020).

Para que a qualidade seja garantida, é fundamental que a educação seja universal, equitativa, inclusiva e diversa. Para isso, é necessário que se tenham currículos adaptados, professores qualificados, infraestrutura adequada, participação ativa da comunidade, financiamento, inovação pedagógica, avaliação formativa e monitoramento contínuo dessas práticas. Dessa forma, o ensino não deve ser reduzido a indicadores numéricos ou à lógica de geração de valores monetários para as instituições (Menegat; Sarmiento; Rangel, 2018; Barroso, 2020).

O conceito de qualidade transcende os limites da escola, abrangendo também o contexto que a envolve, como a comunidade e as políticas governamentais. Nesse sentido, a qualidade da educação brasileira é amplamente debatida tanto na sociedade quanto na esfera acadêmica, o que tem levado à identificação de diversos fatores que influenciam o ensino oferecido nas escolas do país - desde o financiamento até a formulação e implementação de políticas educacionais. Para Saviani (2007), a escola desempenha um papel essencial na mediação do conhecimento, ao possibilitar o desenvolvimento de habilidades cognitivas superiores e a compreensão das estruturas sociais que moldam a realidade dos estudantes, fatores que impactam diretamente a qualidade da educação.

Metodologia

O estudo adota uma abordagem qualitativa, caracterizando-se como uma pesquisa exploratória e descritiva, com o objetivo de analisar a qualidade da educação pública por meio de uma revisão bibliográfica. Para isso, utilizou-se a análise documental, com o exame de documentos oficiais, como a Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996), a Lei nº 10.172/2001 (Brasil, 2001), a Portaria Normativa nº 25/2007 (Brasil, 2007a), a Lei nº 11.494/2007 (Brasil, 2007b), as Diretrizes Curriculares Nacionais (CNE, 2010) e a Lei nº 13.005/2014 (Brasil,

2014). Além disso, foram consultadas pesquisas acadêmicas relacionadas à qualidade da educação pública e textos de autores reconhecidos na área, como Gadotti (2010) e Saviani (2007), entre outros.

Os dados foram organizados e categorizados com base na técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011), o que permitiu a identificação de temas emergentes e dos principais achados relacionados ao objetivo da pesquisa - tais como os desafios e os fatores que influenciam a qualidade da educação pública, incluindo as condições de trabalho docente e o impacto das avaliações em larga escala.

A principal limitação do estudo está na dependência de fontes documentais, o que pode restringir a análise a informações secundárias, sem a possibilidade de coleta de dados primários junto aos atores educacionais. Ainda assim, acredita-se que os resultados obtidos podem contribuir para o aprofundamento do debate sobre políticas educacionais e estratégias de melhoria da qualidade do ensino público, além de fornecer subsídios relevantes para a tomada de decisões no âmbito escolar.

Resultados e Discussões

A análise realizada envolveu a consulta aos documentos oficiais e pesquisas acadêmicas, permitindo a identificação de diversas questões relacionadas à qualidade da educação pública no Brasil. Algumas delas são apresentadas na Tabela 2, evidenciando que a qualidade do ensino no país tem sido verificada a partir das legislações nacionais e das políticas educacionais subsequentes. Essa perspectiva revela uma trajetória de esforços voltados à oferta de uma educação de qualidade, fundamentada também em compromissos assumidos em âmbito internacional.

Tabela 2 - Os documentos consultados e suas contribuições para o estudo

Ano	Documento	Descrição
1990	Conferência Mundial de Educação para Todos (Blengini, 2015)	O evento é considerado um marco no esforço global para garantir que todos tenham acesso a educação básica, tendo um enfoque na universalização da educação e na melhoria da qualidade. O compromisso assumido pelos países na conferência influenciou

		diretamente a agenda educacional internacional e serviu de base para o desenvolvimento de políticas nacionais nos anos seguintes.
1996	Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996)	A LDB, sancionada em 1996, foi um grande passo para a educação brasileira, pois define as diretrizes e bases para a educação no país. O documento despertou a preocupação com a qualidade do ensino no Brasil, sendo esta ideia a qualidade vinculada a padrões mínimos e ao financiamento adequado. Essa foi uma tentativa de alinhar a educação brasileira aos princípios estabelecidos por compromissos internacionais, como o da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizado em 1990.
2001	Lei nº 10.172/2001 (Brasil, 2001)	Com a aprovação do PNE (Plano Nacional de Educação), o Brasil passa a adotar uma abordagem mais estruturada e orientada para resultados de longo prazo, visando a melhora da qualidade da educação até o ano de 2010. Esse plano está alinhado com as diretrizes internacionais e destaca a valorização dos professores como um aspecto essencial para a melhoria da qualidade.
2007	Portaria Normativa nº 25/2007 (Brasil, 2007a) Lei nº 11.494/2007 (Brasil, 2007b)	O Profucionário visa a capacitação dos funcionários da educação e o Fundeb cria um fundo para o financiamento da educação básica. Esses são dois marcos importantes para o ensino no Brasil, pois tratam de aspectos estruturais e financeiros necessários para tornar o ensino mais inclusivo e que permitam a diminuição das desigualdades regionais.
2010	Diretrizes Curriculares Nacionais (CNE, 2010)	As Diretrizes Curriculares Nacionais de 2010 visaram a revisão das abordagens pedagógicas e curriculares, com uma proposta de qualidade e adaptação do ensino às necessidades regionais. Essas diretrizes reforçam o valor da flexibilidade e a importância da autonomia da escola.
2014	Lei nº 13.005/2014 (Brasil, 2014)	A revisão do PNE em 2014 amplia e detalha as metas para a educação brasileira, estabelecendo objetivos mais ambiciosos e abordagens mais rigorosas sobre a qualidade. Nesse momento, foram incluídas metas de desenvolvimento sustentável e de um padrão de educação similar aos países desenvolvidos.

Fonte: Elaborada pela autora.

A linha do tempo apresentada na tabela revela uma transição gradual no entendimento da qualidade educacional no Brasil. Esse processo teve início com um enfoque influenciado por diretrizes internacionais na década de 1990, consolidou-se nas décadas seguintes com a criação de políticas estruturantes - como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE) - e continuou evoluindo com uma ênfase crescente

na necessidade de financiamento adequado e na formação de todos os profissionais envolvidos no processo educacional.

É possível ainda dizer que, ao longo desse período as metas de qualidade tornaram-se mais mensuráveis e rigorosas, refletindo um movimento contínuo de alinhamento da educação brasileira aos padrões internacionais, ao mesmo tempo em que se buscava promover a inclusão e a equidade no processo educacional.

Assim, em primeiro lugar, é essencial que se entenda como as políticas internacionais passaram a orientar as nossas diretrizes educacionais. Dourado e Oliveira (2009) afirmam que as políticas promovidas por organismos multilaterais, bem como as ideias que as sustentam, levam ao questionamento da ênfase dada à teoria do capital humano (especialmente defendida pelo Banco Mundial), no reconhecimento do papel atribuído à educação e nas diferentes formas que ela assume no conceito de qualidade educacional.

Essa perspectiva permite a compreensão de como as diretrizes globais influenciam a educação no país, moldando tanto a concepção de educação quanto a definição de qualidade educacional. Ao longo da análise, identificou-se a presença de diversos discursos sobre a qualidade nos documentos legais, destacando-se que o tema é abordado de forma superficial, predominantemente centrada em metas quantitativas e na garantia de acesso dos estudantes.

Observa-se que a escola é frequentemente considerada “boa” nos textos e diretrizes quando apresenta resultados satisfatórios em avaliações nacionais e internacionais, sem que se considerem aspectos mais amplos do desenvolvimento educacional, como os fatores intra e extraescolares que também influenciam o processo de ensino-aprendizagem.

Souza (2020) entende que a educação não deve ser compreendida de forma isolada, pois depende de múltiplos fatores - tanto internos à escola quanto externos -, especialmente aqueles vinculados aos aspectos socioeconômicos e culturais que influenciam o cotidiano dos indivíduos.

De acordo com Dourado e Oliveira (2009, p. 16), a dimensão extraescolar refere-se ao espaço social e às responsabilidades do Estado. Esse espaço abrange a compreensão da relevância dos aspectos socioeconômicos e culturais dos sujeitos envolvidos na qualidade da educação, como por exemplo: a “renda,

o acesso a bens culturais e tecnológicos, a escolarização dos responsáveis, o ambiente familiar, a participação na vida escolar do aluno, entre outros”.

Essas questões também são abordadas pelo MEC no documento da CONAE (Conferência Nacional de Educação), que identifica um conjunto de variáveis que impactam a qualidade da educação, incluindo fatores macroestruturais como a concentração de renda, a desigualdade social e a garantia do direito à educação. Em uma perspectiva mais ampla, a qualidade educacional é entendida como um elemento integrante das relações sociais, contribuindo de maneira contraditória tanto para a transformação quanto para a manutenção dessas relações. Nesse sentido, é fundamental que se compreenda a qualidade como “um conceito histórico, que se altera ao longo do tempo e do espaço, estando atrelado às demandas e exigências sociais de um determinado processo” (CONAE, 2010, p. 30).

Os autores ainda ressaltam que a promoção da qualidade educacional, quando abordada sob a perspectiva extraescolar, exige o desenvolvimento de políticas educacionais e projetos voltados para o enfrentamento de questões como violência, fome, racismo, uso de drogas, acesso à cultura, entre outros temas que impactam diretamente a qualidade do ensino. Nesse sentido, cabe ao Estado, especialmente ao Governo Federal, a implementação de políticas sociais e programas que visem o combate dos problemas socioeconômicos e culturais presentes fora dos muros das escolas (Dourado; Oliveira, 2009).

As dimensões intraescolares envolvem quatro planos distintos: o do sistema, que abarca as condições de oferta de ensino; o da escola, relacionado à gestão e organização do trabalho escolar; o do professor, que diz respeito à formação, profissionalização e prática pedagógica; e o do aluno, que envolve questões de acesso, permanência e desempenho escolar (Dourado; Oliveira, 2009). Surge, assim, a necessidade de que o ambiente e a infraestrutura escolar adequados sejam considerados determinantes para a qualidade educacional, com ênfase nas dependências do prédio e no fornecimento de salas de aula bem equipadas. Para Angeli e Fontana (2020), não é possível alcançar elevados índices de aprendizagem em instituições que apresentam condições físicas inadequadas, pois o ambiente de ensino deve ser propício para que a aprendizagem se desenvolva de forma eficaz e significativa.

A preocupação com o direito e o acesso à educação é, sem dúvida notável, mas uma análise detalhada dos documentos revela a urgência da elaboração de políticas, programas e diretrizes que, além de estabelecer metas, dediquem maior atenção às condições de infraestrutura, investimento, formação dos professores e propostas pedagógicas. Apesar de algumas metas do PNE (2014-2024) abordarem esses aspectos, isso por si só, não assegura que a qualidade da educação seja realmente alcançada no país.

A infraestrutura desempenha papel essencial na criação de um ambiente propício ao aprendizado, promovendo a inclusão de alunos com necessidades especiais e contribuindo para um bom clima escolar (Vasconcelos *et al.*, 2021). Oliveira (2022, p. 20), por sua vez, destaca os diversos elementos que são fundamentais para garantir a eficácia e a qualidade escolar, entre os quais se incluem:

I) uma biblioteca bem equipada com materiais instrucionais e a oferta de livros em quantidade e qualidade adequadas; II) professores capacitados e bem remunerados, que não precisem se dividir entre múltiplas escolas; III) docentes que atribuem o desempenho escolar ao próprio trabalho ou ao mérito dos alunos, e não às famílias; IV) a implementação de práticas formais de avaliação do desempenho dos estudantes; V) a organização das turmas, levando em consideração a heterogeneidade entre os alunos; VI) um ambiente de sala de aula favorável, com respeito mútuo e convivência harmoniosa; e VII) a participação ativa dos pais na rotina escolar.

A construção de uma educação de qualidade deve, portanto, basear-se nas reflexões de Campos e Haddad (2006), que destacam a preocupação com as instituições escolares que enfrentam recursos limitados e a necessidade de elementos essenciais para a melhoria da educação. Oliveira (2020) também aponta que a noção de qualidade educacional é diretamente influenciada pelas questões relacionadas ao baixo investimento.

Além disso, dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) apontam que o Brasil destina poucos recursos à área, visto que em média, investe apenas 5,5% do PIB em educação - índice inferior ao de outros países da América Latina, como Argentina, Chile e Uruguai (Brasil, 2019).

Essa perspectiva também destaca as disparidades na oferta e no financiamento entre os países, especialmente no que se refere à distribuição dos recursos públicos destinados a garantir o direito à educação para todos. Trata-se de uma situação que envolve o compromisso com a qualidade, a qual sem dúvida, exige uma compreensão mais precisa da realidade do sistema educacional, visto que o público de cada etapa e/ou ciclo de ensino apresenta particularidades que influenciam as políticas de financiamento (Dourado; Oliveira, 2009).

Percebe-se que a ideia de “boa escola” ainda está fortemente associada à demanda escolar, uma vez que a maior procura por matrículas costuma direcionar os alunos para unidades que apresentam os melhores desempenhos em exames de larga escala. Além disso, é possível afirmar que tanto os pais quanto os próprios alunos tendem a associar qualidade educacional às maiores chances de aprovação ao longo das etapas de formação, visando à futura inserção no mercado de trabalho (Dourado; Oliveira, 2009).

Gadotti (2010) acrescenta uma concepção de qualidade intrinsecamente relacionada ao bem-estar da comunidade escolar. Para o autor, é impossível alcançar uma educação de qualidade em um contexto desfavorável, devendo-se considerar também o papel ativo do aluno nesse processo. Ele ressalta que não se pode “separar a qualidade da educação da qualidade como um todo, como se fosse possível ser de qualidade ao entrar na escola e piorar a qualidade ao sair dela” (Gadotti, 2010, p. 8).

É amplamente reconhecido que a qualidade educacional, atualmente, é mensurada com base em parâmetros que avaliam o domínio de determinados conteúdos pelos alunos, como a capacidade de leitura e resolução de problemas, além dos índices de aprovação e reprovação registrados pelas escolas. No entanto, esses indicadores refletem um contexto mais amplo, de natureza extraescolar, que frequentemente transfere a responsabilidade pelos baixos desempenhos e resultados insatisfatórios exclusivamente aos atores escolares, como professores e gestores.

Gadotti (2010) aponta que uma das questões mais polêmicas diz respeito à tentativa de estabelecer um padrão único de qualidade, desconsiderando a diversidade regional existente no país. Portanto, a qualidade da educação pública se apresenta como uma questão central, pois é por meio dela que se

estrutura a formação da maioria dos cidadãos brasileiros. Mais do que um direito fundamental, a educação constitui uma condição indispensável para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e desenvolvida.

O ponto central é que a garantia da qualidade na educação pública depende da realização de avaliações contínuas, tanto dos alunos quanto do sistema educacional como um todo. Essas avaliações acabam, muitas vezes, reduzindo a noção de qualidade educacional aos resultados obtidos em exames de larga escala, especialmente no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Essa crítica é abordada por Sousa (2018) e por Alves e Ferrão (2019), ao observarem que as estratégias adotadas para elevar os índices dessas avaliações frequentemente priorizam o desempenho numérico, em detrimento de uma compreensão mais contextualizada e complexa da qualidade do ensino.

No entanto, orientar-se apenas pelas médias obtidas não é suficiente. Cunha e Müller (2018) afirmam que é fundamental que os dados coletados sejam devidamente analisados e utilizados para subsidiar mudanças nas práticas pedagógicas e de gestão. A partir dessas análises, é necessário promover um processo contínuo de reflexão e aperfeiçoamento, envolvendo todos os atores do sistema educacional - professores, gestores, alunos e suas famílias.

Dessa forma, as avaliações deixam de ser meros instrumentos de medição e passam a atuar como ferramentas de transformação e de busca contínua pela melhoria da qualidade educacional. Além disso, é essencial que as políticas públicas estejam alinhadas aos resultados dessas avaliações, assegurando os recursos e o suporte adequados para a implementação efetiva das melhorias necessárias (Santos; Nunes, 2020).

Por fim, todas as questões abordadas neste estudo se configuram como desafios que demandam o comprometimento coletivo para o avanço rumo a uma educação mais inclusiva e equitativa. Trata-se de um caminho fundamental para contribuir com o desenvolvimento social e com a formação de cidadãos críticos, autônomos e conscientes. Nesse sentido, é pertinente recorrer a Saviani (2007), ao afirmar que a educação pública constitui um instrumento de transformação social, capaz de superar desigualdades e promover uma sociedade mais justa. O trabalho desenvolvido nesse espaço tem como finalidade a formação cidadã,

que envolve a conscientização dos alunos e a construção de uma sociedade mais informada e participativa.

Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo refletir sobre os principais achados relacionados à educação no Brasil, a partir da análise de documentos oficiais e da literatura acadêmica. As evidências levantadas revelam o percurso legislativo e os múltiplos desafios enfrentados pela educação pública no país, especialmente no que diz respeito à garantia da qualidade educacional.

Os resultados indicam que a qualidade educacional tem sido abordada de forma progressiva ao longo do tempo, em consonância com os compromissos internacionais voltados à democratização da educação. Os documentos oficiais e os textos acadêmicos analisados evidenciam um movimento contínuo de universalização do acesso e de aprimoramento das condições de ensino, com ênfase crescente em aspectos como a infraestrutura escolar, o investimento adequado na formação docente e a implementação de propostas pedagógicas que respondam às demandas reais dos contextos escolares.

Percebe-se, no entanto, que embora as metas de qualidade tenham se tornado mais rigorosas e mensuráveis ao longo dos anos, essa discussão muitas vezes se limita a parâmetros quantitativos, como os resultados em avaliações de larga escala, sem considerar os aspectos intra e extraescolares que influenciam o processo de ensino-aprendizagem.

Os achados indicam que, embora a preocupação com o direito e o acesso à educação seja evidente nas políticas nacionais, ainda persiste uma lacuna significativa no que se refere à garantia de qualidade em todos os seus aspectos. Além de um trabalho focado nos indicadores de desempenho ou médias, é fundamental que a escola tenha uma compreensão mais ampla das questões que afetam a vida dos alunos e da comunidade.

A ideia de qualidade deve transcender o mero cumprimento das metas estabelecidas em documentos, como o PNE. Trata-se de um processo contínuo que exige reflexão com-e-na ação (com o apoio dos dados das avaliações), levando a criação de um ambiente propício à aprendizagem e a adaptação das

práticas pedagógicas para que o conteúdo seja contextualizado e faça sentido para o aluno.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. T. G.; FERRÃO, M. E. Uma década da Prova Brasil: evolução do desempenho e da aprovação. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 30, n. 75, p. 688-720, set./dez. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18222/eae.v0ix>. Acesso em: 8 set. 2023.

ANGELI, R.; FONTANA, M. I. Avaliação nacional da alfabetização (ANA) e as repercussões político-pedagógicas na rede municipal de Ensino de Curitiba/PR. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 23, p. 1-17, e-2020.15599.209209225654.0529, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/15599/209209213769>. Acesso em: 9 set. 2023.

BARBOSA, C. S. C. **Qualidade na Educação Pública**: um estudo de caso de uma escola municipal de Ensino Fundamental I de Foz do Iguaçu. 2019. 77 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, Paraná, 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEISIEGEL, C. R. **A qualidade do ensino na escola pública**. Brasília: Liber Livro, 2006.

BLENGINI, G. D. **Trabalho docente e qualidade da educação**: dificuldades encontradas por professores dos anos iniciais do ensino fundamental. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução n. 4, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jul. 2010.

BRASIL. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb): apresentação. **Gov.br**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 9 set. 2023.

BRASIL. **Lei federal n.º 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2001 a 2010. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Dispõe sobre a aplicação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jun. 2007b.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 25, de 31 de maio de 2007**. Estabelece normas para a concessão de bolsas de estudo a estudantes de cursos de graduação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 jun. 2007a.

CAMPOS, M. M.; HADDAD, S. O direito humano à educação escolar pública de qualidade. In: HADDAD, S.; GRACIANO, M. (Orgs.). **A educação entre os direitos humanos**. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 95-125.

CONAE. Conferência Nacional de Educação. **Documento final CONAE 2010**: construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação. Brasília: MEC, 2010.

CUNHA, E. C. S.; MÜLLER, E. R. Avaliações em larga escala: uma tentativa de controle, regulação, captura e padronização do cotidiano escolar. **Cadernos da Fucamp**, v. 17, n. 29, p. 143-163, 2018.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos Cedes**, Campinas v. 29, n. 78, p. 201-215, mai./ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Ks9m5K5Z4Pc5Qy5HRVgssjg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2022.

FERNANDES, R.; GREMAUD, A. P. **Qualidade da educação**: avaliação, indicadores e metas - Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GADOTTI, M. **Educação integral no Brasil**: inovações em processo. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2010.

GOMES, Franceila Karla Menezes Gonçalves. **Qualidade da Educação Pública**: um estudo com professores e gestores do ensino fundamental do município de Presidente Kennedy/ES. 2024. 123 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2024.

LEITE, J. C. Z. **Uma análise do significado do tema “qualidade” em duas escolas de referência da rede pública do estado de Pernambuco**. 2017. 200 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 2017.

MELLO, L. R. **A avaliação de sistema educacional (em larga escala) do Brasil e do Uruguai**: relações com *accountability* e com o direito à educação de

qualidade. 2020. 293 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo, 2020.

MENEGAT, J.; SARMENTO, D. F.; RANGEL, M. O direito à educação de qualidade e suas decorrências para a gestão escolar. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 22, n. 1, n. esp., p. 105-136, 2018.

OLIVEIRA, I. D. C. **Qualidade do ensino de escolas da rede pública municipal de Campinas (SP):** ações da equipe de gestão escolar. 2022. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, São Paulo, 2022.

PINTO, M. L. C.S. **Concepções de qualidade de ensino na perspectiva docente em um Centro Universitário privado e noturno.** 2010. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, 2010.

SANTOS, A. R.; NUNES, C. P. **Reflexões sobre políticas públicas educacionais para o campo no contexto brasileiro.** Salvador: EDUFBA, 2020.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.

SOUSA, D. G. **Determinantes da qualidade do ensino:** um estudo na rede pública do estado de São Paulo. 2018. 231 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SOUZA, T. T. S. **Avaliação externa e qualidade da educação básica:** concepções e práticas em disputa. 2020. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade federal de Goiás, Goiânia, 2020.

UNESCO. **Educação de qualidade para todos:** um assunto de direitos humano. 2.ed. Brasília: UNESCO /OREALC, 2007.

VASCONCELOS, J. C. *et. al.* Infraestrutura escolar e investimentos públicos em Educação no Brasil: a importância para o desempenho educacional. **Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 113, p. 874-898, out./dez. 2021.

Submissão em: 24 abr. 2025

Aceite em: 09 out. 2025

ⁱ **Franceila Karla Menezes Gonçalves Gomes.** SME de Presidente Kennedy/ES.

Doutora em Educação (UNESA) e Mestre em Avaliação (Fundação Cesgranrio), com graduação em Pedagogia (Unirio). Coordenadora pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Presidente Kennedy (ES).

E-mail: franceilakarla@yahoo.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6519972198279719>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-9177-8343>

ⁱⁱ **Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima.** Universidade Estácio de Sá - UNESA

Professora Permanente do PPGE/UNESA (Coordenadora da Linha Políticas, Gestão e Formação de Educadores) e do PPGDesP/USU. Pós-Doutorado em História e em Cognição e Linguagem. Doutora em Ciências Sociais: Sociologia (IUPERJ) com Doutorado Sanduiche na Universidade de Paris XII. Mestre em História Social da Cultura. Jovem Cientista do Nosso Estado/FAPERJ (2014-2018)

E-mail: jacapili.jl@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5615299587007705>

ORCID: <https://orcid.org/000-0003-0153-8948>